



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 25/01/19

BRASIL	2
Precio mayorista de carne bovina supera al del novillo	2
Crece la faena de hembras dentro del total	2
Aftosa: debate sobre la vacunación	2
Frigoríficos del estado de Paraná se quejaron por excesivos controles	3
Anuncios de Tereza Cristina.....	5
Inspección veterinaria: ir hacia el autocontrol.....	5
Crear la Cámara Sectorial de Carnes.....	5
Por dónde se podrá importar y exportar productos de origen animal?	5
Arabia Saudita suspende importación de carne aviar de frigoríficos de Brasil	6
Preocupación por la vinculación comercial con los países árabes. Temen represalias por mudanza de embajada en ISRAEL	6
Participación de Bolsonaro en el Foro DAVOS	7
Evalúan el proceso de maduración de carne en seco	8
URUGUAY	9
El mercado de haciendas sigue con mucha firmeza	9
Menudencias a China: MGAP asegura que “fue un problema de comunicación”	9
Sin sondeos de precios por negocios con Japón	10
¿Vender carne Kosher a Europa?	10
Preparan algunos cambios en guía electrónica del Snig	12
Uruguay necesita ajustar protocolos con el Mercosur para importar ganado	12
PARAGUAY	13
Rusia casi duplicó compra de carne bovina en 2018.....	13
Paraguay trabaja en la apertura de cuatro nuevos mercados para la carne vacuna.....	13
Invitan a comprar la carne de frigoríficos	13
Paraguay continuará vacunando su rodeo contra la fiebre aftosa.....	14
Reducen a dos por año las vacunaciones contra la aftosa	14
Nuevo impulso a creación del Instituto de la Carne	14
UNIÓN EUROPEA	15
Nueva Zelanda y el Reino Unido aseguran vínculos comerciales post-BREXIT	15
La cuota 481 se completa “a ritmo de vértigo” en cada trimestre del año	15
Analista de Bord Bia consideró que la carne de América del Sur es una amenaza para Europa	16
Horsegate: van a juicio cuatro personas después de seis años del escándalo.....	16
Comisión Europea resume el mandato otorgado para enmarcar las negociaciones con EE.UU. se ciñe al sector industrial.....	17
ESTADOS UNIDOS	18
Shutdown	18
Impide la salida de informes de Mercado	18
FSA reabre oficinas con funciones parciales. Volvieron a trabajar 9700 personas	18
Demanda de carnes con tendencia ascendente	19
Nebraska: define carne al producto derivado de reses o aves	19
VARIOS	20
CANADA Nueva Guía de Alimentos sostiene la importancia de las proteínas animales	20
Proyectan que se va a disparar el consumo de carnes sintéticas en diez años.....	20



BRASIL

Precio mayorista de carne bovina supera al del novillo

Fonte: Cepea 01/24/2019 Arroba da carcaça casada está sendo negociada a R\$ 158,55 no mercado atacadista da Grande SP

Os preços da carne bovina (carcaça casada) negociada no mercado atacadista da Grande São Paulo estão mais enfraquecidas neste começo de ano, mas ainda se mantêm superiores aos valores observados para o boi gordo, segundo indicam pesquisas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq USP).

Na parcial de janeiro (até o dia 23), a arroba da carcaça casada bovina é negociada a R\$ 158,55, contra R\$ 152,04 para a do boi gordo (Indicador ESALQ/BM&FBovespa – mercado paulista), ou seja, diferença de 6,51 reais por arroba.

Pesquisadores do Cepea lembram que, em 2018, esse cenário foi observado durante quase todo o ano, refletindo, principalmente, a menor oferta de animais no campo, o bom desempenho das exportações de carne in natura (que foram recordes) e, mais especificamente no final do ano, a maior demanda doméstica no período de festas.

Crecen la faena de hembras dentro del total

PORTAL DBO 01/24/2019 Frigoríficos têm ampliado compra de vacas devido a dificuldade na aquisição de machos terminados

O cenário comum no mercado do boi gordo é de dificuldade de compra e lento escoamento da carne. Ou seja, está ruim para comprar e ruim para vender. Diante disso, há um equilíbrio nas referências na maioria das praças pecuárias, como observado no fechamento de ontem, 23 de janeiro.

Nas praças que registraram alterações nas referências, a oferta de boiadas foi o fator limitante para as mudanças de preços.

Onde a oferta está um pouco mais confortável, as indústrias pressionam as cotações para baixo e, onde há maior dificuldade de compras, pagamentos acima das referências são comuns.

Vale destacar que devido a maior oferta de vacas, o que é comum para esse período do ano, está mais fácil negociar esta categoria em relação aos machos e, devido a essa maior dificuldade na compra de machos, muitas indústrias estão buscando novilhas para compor as escalas de abate.

Na maioria das praças, a novilha é negociada com um ágio de R\$ 2/@ frente a vaca gorda. Mas a depender da necessidade do frigorífico e da qualidade dos animais, em alguns casos há negócios pontuais fechados com até R\$8,00/@ de ágio.

Aftosa: debate sobre la vacunación

22/01/19 - por Equipe BeefPoint

Um encontro realizado no Sindicato Rural de Dom Pedrito, ontem, debateu os ganhos e riscos da retirada da vacinação contra a febre aftosa no Estado e teve como palestrantes o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Camardelli, e o ex-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, José Fernando Dora.

Não houve consenso entre o grupo sobre o que é melhor para o Estado, mas segundo Rodrigo Coradini, presidente em exercício do sindicato, a maioria dos presentes se posiciona contra a retirada antecipada.

O fim da vacinação nacional está previsto para 2023. “Eu confesso que ainda não tenho certeza sobre o que é melhor. Foi justamente para entender questões técnicas de sanidade e de mercado que fizemos o evento.

Mas aqui ainda é muito forte o trauma de Joia, quando em 2000 houve aquele abate de gado em massa. Então, a maioria se posiciona contra a retirada”, explica Coradini.

Do encontro participaram produtores de municípios que concentram boa parte do rebanho gaúcho, como Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Dom Pedrito e São Gabriel, por exemplo. Se entre a maioria dos produtores a posição ainda é contrária à retirada, há quem defenda o fim especialmente dado o fato de que o Paraná fará sua última vacinação em maio.

O fim da vacinação no Paraná deixaria o Rio Grande do Sul isolado sanitariamente no Sul, já que Santa Catarina é livre sem vacinação – e implicaria em perda de mercados. “Por isso, a melhor decisão seria abolir aqui também”, defende o presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, Tarso Teixeira.

“Não tenho dúvidas de que temos que retirar a vacina. Só temos que marcar a data. Estamos perdendo mercados importantes, como do Japão e dos Estados Unidos. E acho que temos condições de fiscalização de fronteiras, sim. Inclusive o Fundesa (Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal) está reforçando as inspetorias no interior”, opina Teixeira.

O pecuarista diz ainda que, com a vacina, o Estado já perdeu um importante mercado nos EUA devido aos abscessos provocados na carne com a aplicação da vacina no gado, como ocorreu em 2017. Com



isso, diz Teixeira, o Rio Grande do Sul deixou de vender carne de dianteiro, pouco consumida por aqui, e que os norte-americanos compram especialmente para fabricar hambúrgueres.

Teixeira pondera que se o Estado mantiver a vacinação enquanto Paraná e Santa Catarina não o fazem, haverá problemas para comercialização e trânsito nacional de carne com osso e de animais reprodutores para o restante do País. Mas são os criadores de animais de alta qualidade genética justamente um dos grupos mais temerosos com o fim da vacinação. Criadores de Angus, por exemplo, ressaltam que os valores indenizatórios para o caso de abates massivos não preveem verba extra para genética de ponta.

“O que podemos fazer, nestes casos, é criar bancos de armazenamento genéticos que possam preservar esses investimentos”, avalia Teixeira. Para o presidente da Farsul, Gedeão Pereira, o grande temor são os controles sanitários, que vão além da fiscalização eficiente nas fronteiras terrestres. Gedeão questiona a eficiência do governo inclusive nos controles no Porto de Rio Grande e em aeroportos.

“A doença pode chegar por meio de um dos muitos navios que atracam no Porto de Rio Grande, mesmo sem animais. Um resquício da doença em qualquer carga pode trazer o problema de volta aos rebanhos e ao Estado. A minha pergunta é, estamos preparados para controlar tudo isso?”, questiona Gedeão.

A resposta à pergunta do presidente da Farsul estaria no levantamento que a o Ministério da Agricultura fará em breve no Estado para verificar as condições das inspetorias sanitária por aqui, entre outras questões. Para o ex-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária a vacinação, porém, é uma garantia ilusória contra a doença.

Dora afirma que a vacina apenas reduz o risco da presença no rebanho, que nem sempre é totalmente vacinado, e reduz os danos da doença, mas não é capaz de evitar totalmente a aftosa. “E no caso de ocorrer a doença e termos a vacinação, para reverter a classificação internacional levará dois anos.

Sem a vacina, se a doença ocorre, podemos voltar ao status original em seis meses”, diz José Fernando Dora, lembrando ainda que hoje a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) já não prevê como medida de segurança abates em uma abrangência tão grande como ocorreu em Joia, há quase 20 anos.

Frigoríficos del estado de Paraná se quejaron por excesivos controles

21/01/19 - por Equipe BeefPoint Frigoríficos do Paraná reclamam do aumento do rigor na fiscalização feita pelo Ministério da Agricultura após as denúncias de corrupção envolvendo fiscais na Operação Carne Fraca, em 2017, e na Operação Trapaça, em 2018, ambas da Polícia Federal. Segundo executivos, processos produtivos que vão do manejo de animais à industrialização estão sendo avaliados com minúcia exagerada. Afirmam que, além da aplicação de multas, linhas de produção vêm sendo interrompidas e unidades exportadoras, desabilitadas.

Empresários das maiores cooperativas do Paraná dizem que a atuação dos fiscais passou a ser mais detalhista e não tem observado um mesmo padrão – varia conforme a interpretação de cada um sobre as normas do ministério. Essas fontes atribuem o comportamento a uma preocupação dos agentes em afastar possíveis suspeitas sobre sua honestidade depois das operações da PF que revelaram casos de fraude e corrupção entre fiscais e empresas.

Na Frimesa, que reúne as cooperativas Copagrill, Lar, Copacol, C.Vale e Primato, todas do Paraná, a atuação dos fiscais se acentuou em 2018 e, segundo o diretor executivo da Frimesa, Elias Zydek, afetou as operações industriais da companhia, reduzindo o rendimento na linha de produção. Ele reclama que alguns funcionários do ministério dão atenção a pequenos detalhes, como a intensidade da iluminação na indústria, enquanto outros não.

“Quando uma carcaça suína apresenta um problema pulmonar, alguns técnicos mandam descartar o produto inteiro, enquanto outros encaminham a carcaça para a produção de embutidos cozidos. Também há fiscais que permitem a retirada da parte afetada, preservando o restante do animal para os demais cortes”, conta.

O executivo destaca que a Frimesa possui a certificação de Boas Práticas de Fabricação IFS Global Markets Food e conta com o Programa Suíno Certificado, que normatiza e padroniza o sistema de criação até a entrada do animal no frigorífico. Para Zydek, a situação se agravou com a contratação de fiscais sem experiência pelo ministério.

“Tudo começou com a Operação Carne Fraca (deflagrada em março de 2017). Exageraram no rigor, colocaram muitas pessoas inexperientes e deram poder de polícia para multar, interditar e parar a produção”, diz.

Perdas como essas levaram o frigorífico Primaz, de Rio Negro (PR), a desistir de atuar em âmbito nacional, focando apenas no Estado do Paraná, onde a inspeção é estadual. Segundo o proprietário, Marcos Sprícigo, pedir a saída do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura foi a saída. Sprícigo conta que os fiscais federais elevaram o percentual de condenação (descarte) de carcaças de suínos de 0,5% para 10% ao longo de 2018. Segundo ele, muitos dos profissionais do ministério são pouco experientes no trato de suínos.

Empresas do setor de frangos também têm reclamações. A Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira (PR), que produz 150 milhões de frangos por ano, conta que teve sua unidade de Matelândia desabilitada



para exportar para a Europa no primeiro semestre de 2018. “Perdemos a Europa sem explicação, tendo os níveis de salmonela rigorosamente normais”, afirma o diretor-presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues. Segundo ele, a unidade exportava 20% da produção para a Europa. A LAR possui as certificações ISO 9001:2015, Global G.A.P , Bem-Estar Animal (protocolo específico de cliente internacional), BRC, Halal e ISO 17025:2005 para o Laboratório Central.

Além disso, de acordo com o executivo, os clientes fazem análises na produção da Lar por conta própria com grande frequência, e por isso não entenderam a proibição imposta pelo ministério. “Nosso entendimento é de que os profissionais querem mostrar que estão agindo depois de se sentirem envergonhados pelas denúncias da Operação Carne Fraca”, afirma.

Esta também é a avaliação da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). Para o presidente da entidade, Péricles Salazar, os fiscais têm sido “autoritários” para mostrar que são independentes e não estão envolvidos com corrupção. Ele lembra que, em delação premiada, Wesley Batista, da JBS, em meados de 2017 citou o suborno a 200 fiscais do ministério que até hoje não tiveram os nomes revelados. “Existe no ministério um temor de que os nomes deles vão aparecer na lista. É essa incerteza que contribui para a ‘ditadura’ dentro dos frigoríficos”, diz Salazar. Diante da situação, a Abrafrigo disse que vai procurar a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na tentativa de abrir um canal de diálogo.

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Antônio Araújo Andrade Júnior, avalia que a lista não revelada de profissionais corruptos cria, de fato, um “ambiente hostil” e leva os fiscais a não baixarem a guarda. “O novo funcionário passa no concurso público e, quando vê as denúncias, vai fazer o quê? Colocar a lei embaixo do braço e cumpri-la com o maior rigor possível.”

Ele destaca também que no passado havia déficit de fiscais. “Muitas empresas não tinham fiscalização presencial ou tinham apenas em alguns turnos; um acompanhamento mais frequente pode estar causando esses atritos”, disse. Andrade Júnior reconheceu, porém, que é preciso “uniformizar procedimentos e dar mais treinamento”.

Ele comenta que no ano passado foram contratados mais de 300 agentes pelo ministério e que eles passaram por treinamento, “insuficiente”, na sua opinião, já que ocorreu apenas em uma plataforma online.

Procurado pelo Broadcast Agro, o Ministério da Agricultura limitou-se a afirmar, por meio de nota, que as indústrias registradas no Serviço de Inspeção Federal (SIF) devem seguir regras estabelecidas em legislação “que garantem um comércio leal e a segurança dos alimentos ao consumidor”.

A Pasta acrescentou ainda que tem canais próprios para recebimento de denúncias e que mantém diálogo frequente com as associações representativas do setor produtivo e com as empresas. Já a Secretaria de Defesa Agropecuária do ministério respondeu, também por nota, que os fiscais recém-contratados foram treinados “de forma teórica e prática em inspeção e também com palestras da corregedoria do ministério para que todos tenham conhecimento dos seus direitos e deveres como servidores públicos”.

23/01/2019 - Productores de Rio Grande do Sul aún recuerdan la aftosa.

Brasil tiene previsto dejar de vacunar contra fiebre aftosa en 2023. Rodrigo Coradini, presidente en ejercicio del Sindicato Rural de Don Pedrito, confesó en el marco de un panel que no tiene certeza que sea la mejor decisión. “Aquí todavía es fuerte el trauma (en Rio Grande do Sul) del rifle sanitario aplicado en 2.000 por los focos de aftosa. Por eso es que la mayoría está en contra de dejar de vacunar contra aftosa”.

Los productores de Rio Grande do Sul sostienen que el fin de la vacunación en Paraná dejará a Rio Grande do Sul aislado, porque Santa Catarina es libre sin vacunación y eso implicaría pérdida de mercados. “Por eso, la mejor decisión sería abolirla también en Rio Grande do Sul”, defendió el presidente del Sindicato Rural de San Gabriel, Tarso Teixeira.

“No tengo dudas que tenemos que retirar la vacunación. Sólo hay que marcar la fecha. Estamos perdiendo mercados como Japón y Estados Unidos. Creo que tenemos condiciones de inspección en la frontera”, agregó Teixeira.

El pecuarista dijo que incluso con la vacunación el estado perdió el mercado de Estados Unidos debido a los abscesos provocados por la aplicación de la vacuna en el ganado, como ocurrió en 2017. Con eso, dijo Teixeira , Rio Grande do Sul “dejo de vender carne de delantero, poco consumida aquí y que los norteamericanos compran especialmente para la fabricación de hamburguesas”.

El gremialista ponderó que Rio Grande do Sul mantenga la vacunación contra fiebre aftosa en cuanto los estados de Paraná y Santa Catarina no vacunan, habrá problemas para la comercialización y tránsito nacional de carne con hueso y de reproductores.

Los criadores de alta genética sostienen que las indemnizaciones no pagan el esfuerzo genético.



Anúncios de Tereza Cristina

Inspección veterinaria: ir hacia el autocontrol

Fonte: Mapa.24/01/19 - por Equipe BeefPoint

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, disse nesta quarta-feira (24) durante reunião no ministério, com o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, e representantes do setor, que quer implantar o sistema de autocontrole na inspeção desses estabelecimentos.

“O processo inicial é de vocês, vocês é quem têm que cuidar, que são os responsáveis. Mas se a gente chegar na unidade em uma auditoria e comprovar que há coisas erradas, as punições serão mais fortes, caneta pesada. Isso vai valer para peixe, para boi, enfim, para todos os produtos de origem animal”, alertou.

“Neste sistema de inspeção mais moderno, cada um terá a sua responsabilidade e assumirá as suas decisões e seus atos”, explicou a ministra. Para isso, a defesa agropecuária vai cobrar a responsabilidade da qualidade e da segurança alimentar exigidas pela sociedade”, completou.

Um única Câmara Setorial

A ministra e os empresários falaram de diálogo, transparência e parceria. A aproximação será intensificada com a unificação de todas as câmaras setoriais (carnes, aves e suínos) em uma só: a Câmara Setorial de Carnes, para centralizar os pleitos do setor.

Na visão da ministra, para a abertura de novos mercados o papel dos adidos será fundamental. “Eles deverão estar muito perto de nós e queremos dar uma missão para eles: receber as demandas do setor privado, que já estudou os mercados de interesse e sabe as particularidades de cada importador. “Vocês têm a missão interna para as auditorias nas plantas industriais e nós vamos trabalhar o mercado para vocês”, concluiu.

Crear la Cámara Sectorial de Carnes

24/01/19 - por Equipe BeefPoint A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, anunciou a representantes do setor de proteína animal que criará a Câmara Setorial de Carnes. A informação foi divulgada nesta quarta-feira, 23, pelo Twitter do ministério, logo após a realização de uma reunião previamente agendada entre Tereza Cristina e o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar.

Segundo a postagem na rede social, temas como melhora no diálogo e transparência foram abordados e, disse a ministra, “para isso eu vou fazer a Câmara Setorial de Carnes, vai ser uma câmara só e vocês nos ajudem a dizer o que o setor precisa”.

Até o momento, as câmaras setoriais são geridas separadamente, como a da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, e a de Aves e Suínos. No entanto, o objetivo da ministra é criar uma única câmara, mais fortalecida e que contemple diversos tipos de proteína animal.

Ainda de acordo com o tuíte, Tereza Cristina falou sobre a adoção de medidas de autocontrole entre os frigoríficos. “O processo inicial é de vocês; vocês é que têm que cuidar, é que são responsáveis. Se a gente chegar numa auditoria e comprovar que tem coisa errada as punições serão mais fortes, caneta pesada”, afirma a publicação no Twitter da pasta.

A assessoria de imprensa da ministra acrescentou que Tereza pretende enviar uma regulamentação ao Congresso Nacional ainda neste semestre sobre a questão do autocontrole no setor de proteína animal, mas não começará pelas carnes. Possivelmente, o tema começará a ser abordado pelo segmento leiteiro.

Por dónde se podrá importar y exportar productos de origen animal?

PORTAL DBO 01/22/2019 Vigiagro mapeou aeroportos e portos que movimentavam a maior parte dessas cargas e definiu 21 locais

A partir da próxima sexta-feira, 25 de janeiro, todos os produtos de origem animal que forem exportados ou importados pelo Brasil terão que ser despachados por apenas 21 pontos do país, conforme determina a Portaria 183 do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Estes locais (aeroportos, portos e outros) respondem por 95% das operações envolvendo tais produtos. Os locais estão definidos no anexo da portaria.

O Vigiagro fez um levantamento dos pontos de maior movimentação dessas cargas. Também foi levada em conta a estrutura disponível para o recebimento dos produtos (câmaras frigoríficas, entreposto). As 21 selecionadas atenderam todos os requisitos. Nas outras unidades eram eventuais a importação e exportação.

Segundo o chefe substituto da Divisão de Operações do Vigiagro, Cid Rozo, “a principal razão da mudança é o foco na vigilância agropecuária, com atenção redobrada à saúde pública e à segurança alimentar, pois os auditores fiscais federais agropecuários que estão trabalhando nessas unidades receberam treinamento para atuar em cima desses produtos específicos.



Os auditores sabem quais são os riscos intrínsecos aos produtos e como atuar se encontrarem alguma inconformidade”. No treinamento dos auditores foram mostradas as inconformidades, interceptações, quais são realmente graves e onde o fiscal deve direcionar seu esforço na mercadoria que está sendo analisada. Com toda essa especialização será acelerada a operação de importação e exportação.

“Na prática, serão criados corredores de importação e exportação especializados para os produtos. Quem atua na unidade estará habilitado para a fiscalização específica”, explica Cid Rozo.

Arabia Saudita suspende importación de carne aviar de frigoríficos de Brasil

22/01/2019 - Entre las empresas afectadas, se encuentran JBS y BRF.

Arabia Saudita suspende las importaciones de carne aviar de 5 plantas frigoríficas de Brasil, entre las que se encuentran cárnicos JBS y BRF.

Según la Asociación Brasileña de Proteína Animal (ABPA), se reduce de 30 a 25 el número de plantas con autorización para exportar a Arabia Saudita, el mayor comprador de carne aviar de Brasil. El Ministerio de Agricultura de Brasil no comentó directamente la suspensión, pero informó en una nota oficial que “tomó conocimiento” el pasado lunes de una decisión de Arabia Saudí que autoriza a “25 establecimientos brasileños como exportadores de carne de pollo para ese país”.

Según la nota, la aprobación de dichas plantas es resultado de una misión que ese país árabe envió a Brasil en octubre de 2018, cuando fueron visitados frigoríficos, haciendas y fábricas de alimentos para avicultura.

El Ministerio informó además que las 25 plantas autorizadas fueron responsables el año pasado del 63% del volumen de las exportaciones de carne aviar hacia Arabia Saudí, lo que representa la venta de un total de 437.000 toneladas de esa proteína. La ABPA explicó que, pese a que Brasil cuenta con 58 plantas habilitadas para exportar hacia Arabia Saudí, hasta ahora sólo 30 lo hacían “efectivamente”. “Las razones informadas para la no autorización se deben a criterios técnicos.

Planes de acción correctiva están en implementación para retomar las autorizaciones”, agregó la ABPA en una nota.

Según medios brasileños, técnicos del sector cárnico evalúan qué pudo haber influido en la decisión de Arabia Saudí, una investigación que, en 2017, detectó que algunas plantas del país vendían y hasta exportaban carne no apta para el consumo.

Esa investigación llevó a que varios países suspendieran temporalmente sus exportaciones o aplicasen algunas restricciones a esos productos.

No obstante, el diario Folha de Sao Paulo apuntó que la nueva retirada de empresas brasileñas del mercado saudí podría “ser el comienzo de la imposición de barreras económicas”, debido a la intención del Gobierno de Jair Bolsonaro, aún no concretada, de mudar la Embajada brasileña en Israel de Tel Aviv a Jerusalén.

Preocupación por la vinculación comercial con los países arabes. Temen represalias por mudanza de embajada en ISRAEL

24/01/19 - por Equipe BeefPoint Ainda que acredite que o veto da Arábia Saudita a cinco unidades frigoríficas brasileiras que exportavam carne de frango a seu mercado tenha motivações técnicas e sanitárias, Rubens Hannum, presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), reconhece que a ameaça do governo Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém complica qualquer negociação entre o Brasil e os países árabes neste momento.

“Os países árabes estão preocupados, já que uma eventual mudança da embaixada colocará as relações em risco. Mesmo nesse caso da Arábia Saudita, cujas questões são técnicas, esse “ruído” atrapalha”, disse Hannum. “E isso vale para os países árabes como um todo. A questão é sensível, subjetiva e intangível. Ou seja, é muito mais difícil de contornar do que no caso de questões técnicas como as que foram levantadas pela Operação Carne Fraca, por exemplo”.

Quando a Carne Fraca veio à tona, em março de 2017, e revelou um esquema de corrupção entre fiscais agropecuários federais e funcionários de frigoríficos, a Câmara Árabe rapidamente buscou esclarecer aos países árabes importadores de carnes brasileiras do que se tratava e ajudou a evitar que barreiras a produtos brasileiros fossem erguidas. A entidade vem tentando tranquilizar os importadores diante do imbróglio da embaixada, mas nesse caso as conversas têm sido mais difíceis.

Hannum revelou que nas próximas semanas uma missão da Câmara Árabe irá à Arábia Saudita para se reunir com o ministro responsável pelo projeto “Saudi Vision 2030”, que busca estimular avanços em diversos setores produtivos do país.

No caso da carne de frango, lembrou Hannum, a meta é que a produção local passe a representar 60% da demanda doméstica, percentual que atualmente é de cerca de 30%.

Segundo a CCAB, as exportações brasileiras para os 22 países que compõem a Liga Árabe renderam, no total, US\$ 11,5 bilhões em 2018, 15,5% menos que em 2017. No caso da carne de frango, os embarques



somaram US\$ 2,2 bilhões, em queda de 16,1%. A Arábia Saudita liderou as compras, com US\$ 808,5 milhões, e foi também o principal destino das exportações brasileiras do produto como um todo.

PORTAL DBO 01/23/2019 De acordo com a entidade, pode ocorrer oferta excessiva de carne de aves no mercado interno após suspensão de exportações

A Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), entidade de representação e defesa das indústrias de abate e processamento de aves em Santa Catarina, divulgou nota nesta quarta-feira destacando os riscos gerados ao mercado interno pela decisão da Arábia Saudita de suspender a autorização de cinco frigoríficos brasileiros para exportar carne de frango para o país. De acordo com a entidade, “pode ocorrer oferta excessiva de carne de aves em razão da destinação ao mercado interno de produto anteriormente destinado a exportação”.

“Nesse cenário torna-se urgente a abertura de novos mercados em uma ação coordenada do setor privado com os ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores”, aconselha a ACAV em nota assinada por seu presidente, José Antônio Ribas Júnior. A suspensão, anunciada ontem, ocorreu após o governo brasileiro ter sinalizado que pretende mudar a sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, território reivindicado também pelos palestinos.

Ainda de acordo com a ACAV, a medida atingiu apenas duas empresas em Santa Catarina, a Vosso, de Lages, e a unidade de perus da BRF, em Chapecó, que não chegou a ser habilitada porque estava com produção paralisada, em regime de lay off, quando a missão técnica da Arábia Saudita esteve no Brasil. Santa Catarina é o segundo Estado produtor e exportador, tendo, em 2018, embarcado para 135 países 1,4 milhão de toneladas de carne de frango, obtendo divisas de 1,8 bilhões de dólares. Responde por 28,67% das receitas das exportações brasileiras tendo como principais compradores Japão, China e Arábia Saudita.

A Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), entidade de representação e defesa das indústrias de abate e processamento de aves em Santa Catarina, vem acompanhando as questões relacionadas com a recente decisão da Arábia Saudita em desabilitar plantas industriais pela não renovação de certificação de abate islâmico.

Em primeiro lugar é imperioso enfatizar que a suspensão das importações não decorre de nenhum problema técnico, sanitário ou logístico por parte das indústrias avícolas. Missão oficial da Arábia Saudita esteve no Brasil em 2018 para inspecionar as unidades e proceder a renovação da certificação do abate Halal e, desse processo, resultou que algumas plantas não foram certificadas.

O Brasil tem, atualmente, 58 plantas habilitadas pelo Ministério da Agricultura a exportar ao mercado saudita, mas somente 30 destas efetivamente embarcam produtos àquele país. Arábia Saudita manteve a autorização de exportação de 25 plantas frigoríficas de carne de frango brasileira – 5 das quais se localizam em território catarinense: duas da BRF (Videira e Capinzal) e três da Seara/JBS (Itapiranga, Itaiópolis e Ipumirim). As plantas aprovadas foram avaliadas satisfatoriamente pela autoridade sanitária saudita (SFDA Saudi Food and Drug Authority), que realizou missão técnica de inspeção em outubro de 2018.

Santa Catarina tem grande protagonismo no universo da avicultura industrial: é o segundo Estado produtor e exportador, tendo, em 2018, embarcado para 135 países 1,4 milhão de toneladas de carne de frango, obtendo divisas de 1,8 bilhões de dólares. Responde por 28,67% das receitas das exportações brasileiras tendo como principais compradores Japão, China e Arábia Saudita.

No Estado, o impacto é relativamente pequeno e atinge apenas duas empresas. A empresa Vosso, de Lages, foi desabilitada e a unidade de perus da BRF, em Chapecó, não chegou a ser habilitada porque estava em regime de lay off, com produção paralisada, quando a missão técnica da Arábia Saudita esteve no Brasil. Ambas devem iniciar as tratativas para sua reabilitação.

A ACAV alerta que em alguns Estados da Federação pode ocorrer oferta excessiva de carne de aves em razão da destinação ao mercado interno de produto anteriormente destinado a exportação. Nesse cenário torna-se urgente a abertura de novos mercados em uma ação coordenada do setor privado com os ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores.

A ACAV reconhece a prioridade que os governos federal e estadual estão dando ao problema por meio do Ministério da Agricultura (através da ministra Tereza Cristina) e da Secretaria de Agricultura (através do secretário Ricardo de Gouvêa), bem como a competente coordenação da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), com vistas a superação desse óbice. Recomenda e aprova a decisão de enviar uma missão oficial mista com representantes da indústria e do governo à Arábia Saudita para estabelecer negociações que levem a superação desse impasse.

Participación de Bolsonaro en el Foro DAVOS

23/01/19 - por Equipe BeefPoint

O presidente da República, Jair Bolsonaro, defendeu uma maior abertura comercial do Brasil e a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu curto discurso no primeiro dia do Fórum Econômico



Mundial em Davos, na Suíça, nesta terça-feira, 22. “Buscaremos integrar o Brasil ao mundo também por meio de uma defesa ativa da reforma da OMC, com a finalidade de eliminar práticas desleais de comércio e garantir segurança jurídica das trocas comerciais internacionais”, afirmou.

Bolsonaro não mencionou explicitamente nomes de reformas no discurso, mas ressaltou que pretende diminuir a carga tributária, simplificar as normas com o objetivo de “facilitar a vida de quem deseja produzir, empreender, investir e gerar empregos” no Brasil. “Tenham certeza de que, até o final do meu mandato, nossa equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, nos colocará no ranking dos 50 melhores países para se fazer negócios.”

Estabilidade macroeconômica

Ainda aos investidores e políticos presentes em Davos, Bolsonaro garantiu que vai trabalhar pela estabilidade macroeconômica do Brasil e prometeu respeitar os contratos, privatizar e equilibrar as contas públicas.

No comércio internacional, Bolsonaro destacou que o Brasil é uma economia relativamente fechada e que seu governo tem como compromisso “mudar essa condição”. “Nossas relações internacionais serão dinamizadas pelo ministro Ernesto Araújo, implementando uma política na qual o viés ideológico deixará de existir”, disse ele. “Para isso, buscaremos integrar o Brasil ao mundo, por meio da incorporação das melhores práticas internacionais, como aquelas que são adotadas e promovidas pela OCDE”, completou.

Parlamento

O presidente Jair Bolsonaro afirmou também que espera ter dos membros do parlamento o apoio ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ao ressaltar mais uma vez que a equipe de ministros foi indicada de forma técnica, Bolsonaro disse que o governo dele depende do parlamento.

“Precisamos, sim, do Parlamento brasileiro e confiamos que eles darão respaldo no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro”, disse o presidente.

Família e direitos humanos

Ao final do discurso, Bolsonaro prometeu que vai defender a família e os “verdadeiros” direitos humanos, além de proteger o direito à vida e à propriedade privada e “promover uma educação que prepare a juventude para os desafios da quarta revolução industrial”. “Vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia.”

Evalúan el proceso de maduración de carne en seco

23/01/19 - por Equipe BeefPoint

Acompanhando o que existe de novo no cenário externo e interno, pesquisadores da Embrapa Pecuária Sudeste estão iniciando estudos com a carne maturada a seco, também conhecida como “dry aged beef”. Em parceria com a Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o centro de pesquisa vai avaliar características sensoriais, como maciez, sabor e aroma dessa carne.

De acordo com a pesquisadora Renata Tieko Nassu, o processo de maturação a seco ainda é recente no Brasil. Não existem protocolos de segurança e qualidade, nem legislação específica para regulamentá-lo. Além disso, há muitas dúvidas sobre os parâmetros do processo de maturação e seus efeitos no produto final.

Para otimizar as pesquisas sobre o tema, a Embrapa Pecuária Sudeste e a Unicamp estão unindo esforços em busca de um entendimento mais aprofundado. O professor Sérgio Bertelli Pflanzler Júnior, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, está avaliando diferentes sistemas de maturação, entre eles o de maturação a seco, estudando parâmetros como congelamento, temperatura, umidade relativa e tempo de estocagem, dentre outros, visando desenvolver protocolos de maturação específicos a serem utilizados pela indústria frigorífica nacional. A partir dos parâmetros estabelecidos, na Embrapa Pecuária Sudeste serão avaliados os aspectos sensoriais e percepção do consumidor em relação à carne maturada a seco. Segundo Renata, a ideia é medir os compostos voláteis e metabólitos formados durante o processo de maturação, responsáveis pelo sabor e aroma, e, assim, conhecer o efeito dos diferentes parâmetros de processo nas características sensoriais desse produto. Além dessas análises, estão previstos testes de preferência e percepção do consumidor sobre a carne dry aged ainda no primeiro semestre deste ano.

Os resultados vão contribuir para incrementar os conhecimentos sobre a maturação a seco e seus efeitos na qualidade da carne, bem como a percepção do consumidor, já que as pesquisas realizadas têm apresentado resultados variados quanto aos aspectos sensoriais desse produto.

Carne maturada a seco

A maturação é utilizada para melhorar as características sensoriais da carne. Nesse processo, ocorre a ação de enzimas musculares endógenas, presentes no músculo e que contribuem para transformações na textura, principalmente. Pode ser úmida (wet aging) ou realizada a seco (dry aging). A mais usada é a úmida, com o produto embalado a vácuo e refrigerado. No método a seco, tradicionalmente a carne é refrigerada sem embalagem, exposta às condições controladas de temperatura, umidade e tempo.



Comparando-se os dois processos, a carne maturada a seco perde cerca de 20% do seu volume, tem alto custo de produção e, após a maturação, existe a necessidade de remoção das superfícies ressecadas (aparar). No entanto, pela maciez e sabor diferenciado, está associada a nichos de mercado mais exigentes e dispostos a pagar altos preços pelo produto.

URUGUAY

El mercado de haciendas sigue con mucha firmeza

24/01/2019 - Hay poca reposición y el clima aporta más kilos al ganado.

Una reposición que sigue escasa, el clima que ayuda con un volumen de pasto inusual y vendedores que están un poco más pretenciosos en cuanto a precios, son elementos que le están aportando estabilidad al mercado de haciendas gordas en estos días.

Enero siempre fue un mes de poca oferta de ganado, pero este año las lluvias siguen ayudando, con campos que produjeron forraje por encima de lo normal y muchos productores que no muestran apuro alguno por vender.

“El que tiene ganado gordo realmente está pretencioso para ofrecer su lote porque está ganando kilos que se los está regalando la naturaleza”, recordó el martillero y consignatario Walter Hugo Abelenda.

Algunas plantas frigoríficas que habían salido al mercado un poco más agresivas, semanas atrás, buscando armar faena para adelante, lograron su objetivo y pasaron a ofrecer algún centavo menos, incluso por debajo de las referencias: US\$ 3,30 por novillos, entre US\$ 3,12 y US\$ 3,15 para las vacas gordas y US\$ 3,20 para las vaquillonas (en todos los casos son ganados especiales y por kilo). Para Abelenda, “se conjugan una serie de elementos que son los que le están dando una firmeza inusual al mercado”.

Explicó que los pocos negocios que se hacen “es de productores que tiene que vender y de aquellos que, en alguna medida, quieren aprovechar esta bonanza forrajera que nadie la esperaba y menos después de un 2018 donde ocurrió todo lo contrario, vivíamos penando porque no llovía”.

Un dato alentador es que las faenas siguen por encima de las 40.000 cabezas bovinas semanales, según los datos del Instituto Nacional de Carnes.

Abelenda sostiene que “no se hace fácil concretar negocios porque no se consigue ganado de reposición para suplantar lo que se está vendiendo”.

A su vez, el productor también tiene la certeza de que “esperando, aquel centavo que puede perder por la baja del mercado, lo va a ganar con los kilos” que le pueda meter al ganado con este clima que sigue ayudando, analizó Abelenda.

En cuanto al faltante de ganado de reposición y sus valores firmes, era previsible.

“Hay poca reposición pero además, está difícil concretar los negocios en el campo, porque es difícil juntar las puntas (vendedores y compradores)”, explicó el operador de Florida.

El año pasado el mercado ya mostraba precios firmes y un descenso en la oferta de la reposición.

A su vez, esa oferta había sido inferior frente a 2017, producto de menores pariciones.

Por un lado, años atrás, muchos productores ganaderos se volcaron a la agricultura, la faena de bovinos se mantuvo alta y la exportación de terneros en pie permaneció muy firme, impulsada por la demanda de Turquía, el principal mercado para Uruguay.

Todo eso hizo reducir la oferta de categorías de reposición. Seguramente, hacia adelante, ese faltante continuará y el mercado seguirá tonificándose, beneficiando a los productores criadores.

Menudencias a China: MGAP asegura que “fue un problema de comunicación”

22/01/2019 - El Director de los Servicios Ganaderos dijo que los cambios fueron comunicados en la Junta del Inac, pero entiende que se podría haber mal interpretado la información.

El director de los Servicios Ganaderos del Ministerio de Ganadería (MGAP), Dr Eduardo Barre, aseguró que “en la Junta del Instituto Nacional de Carnes se dijo” que las menudencias inhabilitadas eran aquellas “que formaban parte del tracto digestivo”.

Explicó que “capaz fue un problema en la comunicación en ese momento”, y quizás se pensó en la lengua y la quijada “como órganos que no estuvieran en el tracto digestivo”.

La Junta del Instituto Nacional de Carnes está integrada por representantes del Poder Ejecutivo, las gremiales de la industria frigorífica y las gremiales de productores.

Hace algunas semanas atrás, la Asociación de la Industria Frigorífica del Uruguay y la Cámara de la Industria Frigorífica emitieron un comunicado donde manifestaron su preocupación por la “sorpresa” prohibición de China, firmada en el protocolo sanitario, para la colocación de lenguas, carne de quijada, carne de cabeza y labios.



Además, asegurando que tendrán pérdidas económicas y comerciales por la no notificación de los cambios en el nuevo protocolo. Por tal error de comunicación, las empresas fueron obligadas a retornar 27 contenedores que están en el agua.

El Director de los Servicios Ganaderos del MGAP dijo que la única opción para que Uruguay pueda colocar estos productos al país asiático, es ser un país libre de aftosa sin vacunación.

Sin sondeos de precios por negocios con Japón

20/01/2019 - Diferencia en valor de flete y aranceles, pesarán al vender.

Los frigoríficos uruguayos todavía ni hablan de precios con los importadores japoneses, porque el mercado aún no está operativo.

Los tiempos para pronunciarse finalmente sobre la habilitación de plantas los marcan las autoridades sanitarias niponas. Los inspectores ya revisaron frigoríficos, el mercado está oficialmente abierto, con certificado sanitario acordado, pero falta que el Ministerio de Agricultura, Silvicultura y Pesca de Japón envíe el listado de plantas habilitadas.

“Es difícil sondear precios, porque los clientes no quieren hablar de valores si no pueden cerrar un negocio”, explicó a El País el presidente de la Asociación de la Industria Frigorífica del Uruguay (Adifu), Marcelo Secco.

Más allá del logro de Uruguay, que es el primer país libre de fiebre aftosa con vacunación que entrará con carne bovina madurada y desosada en Japón —que es libre de la enfermedad—, una vez operativo el mercado, “habrá que ver dónde está el espacio, sabiendo que entramos con una condición de más de 10% de arancel adicional frente a Australia”, explicó Secco. En Japón, al igual que en otros destinos, los aranceles pesan bastante al momento de cerrar un negocio.

A su vez, se precisará determinar “qué pasa con la agenda internacional que Uruguay decide tener en estos meses, para saber si por ese lado podemos mejorar. Estoy hablando de más de 10% de diferencia arancelaria en Japón que es difícil de llevar”, admitió el CEO de Marfrig y titular de Adifu.

Como ejemplo, argumentó que “en caso de Uruguay, el costo de flete a Japón es 10% o 15% más alto que si el envío va a China y eso restringe la posibilidad de entrar en un mercado diferencial con fuerza”.

A nivel internacional, Secco dijo que el mercado “está enrarecido”. Según su visión está bastante “desafiante” en precios y en oportunidades de mejora de valores de exportación.

El titular de Adifu sostuvo que la oferta de carne vacuna en Brasil y Argentina es más alta de lo esperado. “Brasil está con un ritmo alto de producción y Argentina tiene una oferta mayor a la que esperamos en el año. Teníamos duda si alcanzaba la oferta uruguaya y la superó ampliamente. El mercado no es tan ávido como para esperar una mejora de precios”, advirtió el empresario.

Más allá de ese panorama, explicó que Uruguay está operando a valores corrientes y con todos los mercados, pero contó que “todos los negocios están muy trabajados, muy conversados y eso es lo más dificultoso”, afirmó Secco.

La industria espera una retracción de la oferta ganadera a lo largo de este año, porque Uruguay está con el stock más bajo de novillos en los últimos 40 años y “eso se va a sentir”.

¿Vender carne Kosher a Europa?

19/01/2019 - Varios países de la Unión Europea prohibieron las faenas rituales o analizan frenarlas.

La faena ritual vuelve a estar en la mira de los movimientos contra la carne en los países de la Unión Europea, así como en la de algunos sectores políticos que intentan generar sentimientos xenofóbicos. Semanas atrás, el gobierno de Bélgica prohibió las faenas de animales bajo el rito judío Kosher y bajo el rito musulmán Halal, argumentando razones de bienestar animal. Ya no producirá pero deberá importar carne para satisfacer la demanda de ambas comunidades. En Bélgica viven 500.000 musulmanes y 30.000 judíos.

Holanda y Polonia están analizando la posibilidad de tomar una decisión similar a la de Bélgica, al igual que otros países del viejo continente. Polonia es el quinto jugador mundial en el mercado cárnico, dependiendo cada año si está Brasil o Paraguay posicionado en cuarto lugar. Además, es un fuerte proveedor de carne Kosher a Israel.

“Por primera vez en la historia, en un año o dos, la industria cárnica de Sudamérica y especialmente la de los países del Mercosur, que tienen un parque industrial adecuado a las nuevas normas de Israel para producir carne Kosher (en algunos casos también pueden producir Halal), tienen la oportunidad de vender carne para Europa”, afirmó el especialista Felipe Kleiman, consultor en proyectos de certificaciones religiosas para Israel. El experto cuenta con más de 14 años de carrera y visitó más de 70 industrias cárnicas de América del Sur, ayudando en la certificación de la producción kosher en distintos proyectos.

“La libertad religiosa debe estar de luto en estos momentos”, afirmó el consultor. “Los países del Mercosur todavía viven en una situación cómoda y tienen un parque industrial acorde para producir bajo el rito Kosher, tienen que festejar esa prohibición e ir atrás, porque se abre una buena oportunidad de exportación”, agregó Kleiman.



“El mundo sigue adelante, se prohíbe la faena ritual en algunos países, pero no se para de comer carne y van surgiendo nuevos proveedores”, destacó el consultor.

Potencial. Los frigoríficos uruguayos son antiguos clientes de los importadores israelíes. En todo 2018 vendieron 20.339 toneladas por US\$ 86.373.000, pero en 2017 había logrado vender 31.310 toneladas peso canal, según los datos del Instituto Nacional de Carnes (INAC).

Según la visión de Kleiman, Israel compró más carne de la que necesitaba en 2017 para asegurarse, porque vieron que había resistencia de los frigoríficos de todo el Mercosur para adaptarse a las nuevas normativas de faena que imponía Israel, presionado por los movimientos de defensa de los animales de ese país.

El 85% de la carne que importan los israelíes proviene de países del Mercosur, donde Argentina cuenta con 17 plantas frigoríficas habilitadas para exportar y Uruguay cuenta con 10 empresas, pero curiosamente exporta mayor volumen. Anualmente vende alrededor de 23.000 toneladas y Argentina con más frigoríficos habilitados coloca alrededor de 20.000 toneladas.

Buena parte de la industria cárnica uruguaya, al igual que la de todo el Mercosur, se debió adaptar a las nuevas exigencias impuestas por el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural de Israel, entre las que se exigió el cajón rotativo que facilita el bienestar animal, evitando manejos inadecuados que generan estrés y sufrimiento durante el proceso de faena.

Temple Grandin, la científica estadounidense referente en el mundo para el bienestar animal, investiga y realiza proyectos en varios frigoríficos del mundo -incluso en Uruguay- buscando que se cumplan a rajatabla las exigencias y normativas internacionales. Grandin no está en contra de la faena ritual, está en contra de los procedimientos mal hechos, impliquen a la faena ritual o a la faena convencional, donde se utiliza el método del noqueo previo al desangrado.

Avala la faena ritual siempre y cuando esté bien ejecutada y el animal pierda conciencia en poco segundos durante el proceso de desangrado, evitando así el sufrimiento.

“La cuna del activismo contra la carne está en Europa”, afirmó Kleiman, que en 2018 creó el EZER Group, un servicio de consultoría integral en soluciones de conformidad Kosher para Israel, que ayuda a los frigoríficos a alcanzar y mantener los requisitos para exportar carne y alimentos a Israel.

Según el consultor, como la industria cárnica “es demasiado grande para derribarla, esos grupos ecologistas o que se dicen defensores de los animales, utilizan argumentos sin base científica en contra de la carne y principalmente de las faenas rituales”.

A su vez, reconoce que las faenas Kosher y Halal “tienen un problema estético”, porque implican el desangrado sin insensibilización y el animal necesita algunos segundos luego del corte de la yugular para perder conciencia y desmayarse.

“Estos grupos siempre van a atacar a la faena ritual por más que existan pruebas científicas y que se aplique la mejor tecnología en la industria”, explicó.

Aún así el consultor reconoció que existía en Sudamérica, previo a la nueva normativa de Israel -que en Europa se lleva aplicando 20 años- “un problema real que era la forma en que se inmovilizaba el animal previo al desangrado.”, agregó.

Dificultad. Por su parte, el presidente de la Asociación de la Industria Frigorífica del Uruguay (Adifu), Marcelo Secco, explicó a El País que hay algunas limitantes para los frigoríficos locales al momento de entrar con cortes Kosher en países de la Unión Europea.

“En función de la nueva normativa de cajones que impuso Israel, quizás alguna otra planta pueda acceder, pero en los hechos, hasta ahora en Uruguay, había sólo una empresa habilitada para entrar con Kosher en Europa”, aclaró Secco.

El empresario, que además es ejecutivo del grupo Marfrig en Uruguay, reconoció que más allá de la oportunidad, la restricción mayor para cualquier tipo de carne congelada con destino a Europa es la licencia con la que entra. “Al no poder entrar como Hilton, el impuesto es lo que la hace inviable frente a lo que sería el mismo tipo de carne colocada en Israel”, explicó.

A su vez, en materia de negocios con Israel, Uruguay “está fuera de precio” frente a la región. “No podemos sacrificar precio y ponernos al mismo nivel que la región, porque operativamente tenemos otros costos. Entonces, cuando se habla de Kosher para Uruguay a US\$ 6.000 la tonelada o menos, ese negocio es difícil de concretar frente a los valores que pagaba ese mercado meses atrás”, concluyó.

Estricta revisión y sello de garantía

Kosher significa “adecuado” y es la calificación que se le otorga a los alimentos bajo la ley judía, siguiendo estrictos parámetros a lo largo de todo el proceso. Kleiman explicó que tomando como base ese concepto de la Torá, la comunidad judía establece algunos criterios y exigencias al momento de faenar el animal (no consumen cerdo), respetando el bienestar animal.

“El procedimiento de faena es aplicado por un equipo de rabinos que viene especialmente”, explicó el consultor, especialista en la certificación y procesamiento de este tipo de productos.

Los equipos de rabinos supervisan estrictamente las faenas y revisan cada órgano del animal, para ver si está apto y no presenta problemas. Si los presenta, es inmediatamente rechazado.



Los productos son vendidos con sello de certificación Kosher, lo que le ofrece las máximas garantías (tanto sanitarias como de calidad) y genera confianza en los consumidores.

En 2017, Israel estableció cambios en la normativa de bovinos bajo el rito Kosher, exigiendo un cajón rotativo que facilita el desangrado del animal, causándole menor estrés.

Muchos frigoríficos uruguayos tuvieron que hacer ampliaciones en sus playas de faena o modificaciones importantes para instalar el nuevo cajón, para poder seguir haciendo negocios de exportación de delanteros bovinos a Israel.

Preparan algunos cambios en guía electrónica del Snig

23/01/2019 - Se incluirá, en breve, el dibujo de la marca de los ganados.

La marca y la Guía de Propiedad y Tránsito, es lo que hace valer jurídicamente la transacción de un semoviente, por eso, en breve, el Sistema Nacional de Identificación Ganadero (Snig) agregará a la guía electrónica el dibujo de la marca de los animales involucrados en la transacción.

La marca del ganado (a fuego) está vigente y está claro su uso en la Sección II, Capítulo I, Artículo 157 del Código Rural.

“Las marcas en el ganado mayor y menor, y las señales en el ganado menor, establecen una presunción de dominio y justifican la propiedad del animal marcado o señalado, salvo prueba en contrario; la transferencia de dicha propiedad se comprueba por medio de certificado-guía”, dice el código.

Los cambios en la guía electrónica fueron anunciados por la directora del Snig, Maríanela González, en el marco de una conferencia de prensa celebrada en la sede del MGAP, donde se anunció el plan de contingencia para la entrega de caravanas, tras el conflicto en el correo uruguayo que mantiene 1.550.000 caravanas sin entregar a los productores.

La jerarca defendió las herramientas que hoy tienen los productores para respaldar su transacción. Dijo que en la planilla que reciben los productores cuando hacen una transacción figura la guía, el número de operación, vendedor y comprador, el número de Dicose del que vende y del que compra, así como el listado de caravanas. “Hoy el sistema le da la oportunidad a los productores de usar los simuladores”, recordó la directora del Snig.

Explicó que “realizada la lectura de las caravanas del ganado se envía al sistema y el sistema le devuelve el número de caravana con las advertencias o asteriscos, que indican que tipo de inconsistencia tienen esas caravanas”.

Los simuladores permiten que se trabaje con todo ese listado de animales y “ahí aparece sexo, raza y edad”.

González recordó que eso “está disponible, los operadores de movimiento lo saben y parece que lo están utilizando poco. Los veterinarios también lo tienen disponible”.

La jerarca del Snig explicó que el documento electrónica que acompaña la Guía de Propiedad y Tránsito, “básicamente contiene todos los mismos datos y una de las cosas que estamos percibiendo que no observan, es que la serie y el número de esa guía de propiedad y tránsito —que es intransferible porque tiene el troquelado con un sello de la Intendencia y en el borde derecho el número de Dicose—, tiene el tipo de transacción, si es con cambio de propiedad o no, así como los cuatro números de Dicose que intervienen. Además contiene las categorías, más la marca y el registro”, explicó.

La directora del Snig también admitió que lo mejor sería simplificar a una sola guía, pero explicó que para modificar la Guía de Propiedad y Tránsito, “hay que modificar la legislación vigente”.

A su vez, el director de los Servicios Ganaderos, Eduardo Barre, remarcó que Uruguay “es pionero en el mundo en trazabilidad. No se puede tener una trazabilidad que no sea demostrable y siempre en cualquier sistema habrá vulnerabilidades, si fuera perfecto sería desconfiable”, admitió. “Todos nos están mirando y tratando de copiar los mercados que tenemos abiertos”, agregó.

Uruguay necesita ajustar protocolos con el Mercosur para importar ganado

24 de enero de 2019 Uruguay necesita ajustar protocolos con los demás países del Mercosur para poder importar ganado vacuno con destino a faena y engorde, explicó a Tiempo de Cambio de radio Rural el director de Servicios Ganaderos del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), Eduardo Barre. “Hemos recibido solicitudes. Hasta que no esté laudado a nivel Mercosur estos protocolos sanitarios entre los cuatro países, todavía estamos parados”, sostuvo. El tema fue tratado en noviembre en la última reunión del bloque en Uruguay. La próxima será en Buenos Aires, y es posible que el tema sea laudado, explicó.

Existe un grupo técnico del Mercosur que trabaja en estos aspectos. “Para animales reproductivos está laudado. Se está trabajando para faena y engorde”, dijo.

Importar para el consumo en el mercado interno no tendría restricción, sí con destino a faena para exportación teniendo en cuenta que la mayoría de los mercados a los que exporta carne Uruguay exigen que el ganado sea nacido y criado en el país de origen.



Para la importación con destino al mercado interno, será necesario realizar campañas vinculadas a temas sanitarios y ajustar los protocolos con los países vecinos. “Por ejemplo si vienen animales hembra hay que tener cuidado en lo que es la campaña de brucelosis (...) Está el tema de la fiebre aftosa. Uruguay vacuna para virus bivalente, y Argentina vacuna con virus trivalente. Ahí nos ayudaría el monitoreo por trazabilidad”, ejemplificó Barre. Teniendo en cuenta esto, al ingresar animales de otros países es necesario otro color de caravana identificador para ese ganado.

PARAGUAY

Rusia casi duplicó compra de carne bovina en 2018

23/01/19 El mercado ruso se consolidó en 2018 como país mejor comprador de carne bovina de Paraguay. Casi duplicó el volumen de compra y también lideró en el ingreso de divisas a nuestro país.

En el día de ayer el Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa) divulgó detalles de la exportación de carnes y derivados correspondientes del 1 de enero al 31 de diciembre de 2018, y de acuerdo a los datos y haciendo una comparación con los números del año 2017, se tiene que la Federación Rusa pasó a comprar de 65.594 toneladas en ese año, a 114.856 toneladas en el 2018.

En cuanto a divisas, frente a los US\$ 218.508.760 que se generaron en 2017 por la venta de carne paraguaya a dicho país, en 2018 los ingresos fueron de US\$ 413.179.623. De esa manera, Rusia desplazó a Chile, que en el 2017 lideró el listado de países compradores de carne bovina de nuestro país. Las primeras seis naciones compradoras de carne bovina paraguaya, volumen, monto y otros datos de interés se detallan en el cuadro que ilustra esta página.

En cuanto a carnes, menudencias, productos y subproductos (comestibles y no comestibles) de origen animal exportados el año pasado, los datos consignan que se enviaron al exterior 474.172 toneladas, lo que produjo para nuestro país un ingreso global de US\$ 1.385.217.740.

En el año 2017, se enviaron un total 517.165 toneladas, permitiendo a nuestro país recibir divisas por un total de US\$ 1.429.933.449.

Paraguay trabaja en la apertura de cuatro nuevos mercados para la carne vacuna

24 de enero de 2019 El sector ganadero paraguayo está trabajando en la habilitación cuatro nuevos destinos para la carne vacuna: Estados Unidos, Hong Kong, Singapur y Canadá.

José Carlos Martín Camper-chioli, presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), indicó que la ganadería paraguaya tiene grandes desafíos en 2019, ya que recibirá auditorías para renovar las certificaciones de exportación de carne a mercados muy importantes. "La habilitación de nuevos mercados de exportación es muy importante ya que el país necesita por lo menos tener unos 150 a 170 mercados abiertos para los envíos de la proteína roja".

A su vez hizo énfasis en seguir creando más alianzas público-privadas, fundamentalmente la creación de un instituto paraguayo de la carne con objetivos claros; además de trabajar en un sistema de tipificación y trazabilidad.

En el 2018 las exportaciones de productos y subproductos de origen animal permitieron un ingreso de US\$ 1.385 millones, US\$ 44,6 millones o 3% menos que los US\$ 1.430 de 2017, según el informe de comercio exterior del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa). Esta reducción está explicada por un menor volumen embarcado, que no fue compensado por la mejora de los precios internacionales de los principales rubros ganaderos. En 2018 se exportaron 474.172 toneladas de productos y subproductos de origen animal (carne bovina, menudencia vacuna, carne porcina, menudencia porcina, despojos porcinos, carne aviar, menudencia aviar, despojos aviares, subproductos comestibles y no comestibles).

Invitan a comprar la carne de frigoríficos

21/01/19 El presidente de la Cámara Paraguaya de la Carne (CPC), Juan Carlos Pettengill, invita a consumidores del rubro a concurrir a las carnicerías de las plantas frigoríficas a adquirir sus cortes favoritos, si es que encuentran que hay discrepancias con los precios de centros comerciales.

Esta invitación se dio después de que algunas empresas del sector recibieran quejas de consumidores por el aumento de precio de algunos cortes de la carne en las últimas semanas y, concretamente, Pettengill se refirió al corte del vacío. "Hay que mirar bien en el informe de Cerneco, hay que interiorizarse más, pero de parte de la industria hay oferta, hay linda calidad de costilla a precios accesibles", dijo.

Sostuvo que para la industria se mantienen los mismos precios del mes de diciembre en los cortes como el vacío y la costilla.

"Si hay alguna suba de precio es algo de los comercios, o de algún comercio en particular, porque nosotros mantenemos el precio de la costilla estable; hay ofertas, hay demandas y no debería haber problemas", acotó.



“Nosotros vendemos a precio de mercado, igual que venderían los comercios, pero si encuentran que hay discrepancias en los supermercados, pueden siempre asistir a las carnicerías”, recalcó el titular del gremio cárnico.

Señaló que casi todas las plantas frigoríficas cuentan con sus respectivas carnicerías para brindar atención al consumidor final. Mencionó en ese sentido a algunas firmas como Guaraní, Chorti, Frigo Chaco, Minerva.

“Que (los compradores finales) asistan a las carnicerías y que vean personalmente los precios accesibles y la excelente calidad de las carnes”, reiteró el titular de la CPC.

Paraguay continuará vacunando su rodeo contra la fiebre aftosa

24/01/2019 - Comenzó el primer periodo de vacunación.

Paraguay tomó la decisión de no dejar de vacunar contra la fiebre aftosa, dado que “hoy la fiebre aftosa no es una barrera para arancelaria”, dijo al diario ABC el presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), José Carlos Martín.

Esta semana comenzó el primer periodo de vacunación contra la fiebre aftosa para la hacienda en general, el cual se extenderá hasta el 2 de marzo. A diferencia de los años anteriores, en el corriente serán dos vacunaciones contra la aftosa y no tres.

Martín dijo que la inmunización del rodeo no se suspenderá, a pesar de la decisión de Brasil en este sentido, puesto que hay presencia del virus en la región. Mencionó los casos concretos de Colombia y Venezuela. Paraguay tendrá una actitud más conservadora que Brasil, expresó el jerarca. “Uruguay también fue categórico, ellos no van a dejar de vacunar”, agregó.

Reducen a dos por año las vacunaciones contra la aftosa

19 de enero de 2019 | Pretenden inmunizar 13.700.000 bovinos del país

Desde el actual año, nuestro país hará solamente dos vacunaciones anuales contra la fiebre aftosa y ya no tres como en periodos anteriores. Ayer se lanzó la campaña de inmunización contra la aftosa y la brucelosis.

El acto de presentación se hizo ayer en el establecimiento Ganadera Monte Claro SA, situado en el distrito de Villeta, casi al límite con el departamento de Ñeembucú. Estuvo a cargo de autoridades estatales y del sector privado involucrados en la producción y la industrialización de la carne.

El periodo de vacunación se inicia oficialmente el 21 de enero y se extiende hasta el 2 de marzo. Se pretende vacunar a 13.700.000 bovinos y bubalinos contra la fiebre aftosa y un millón de terneras carimbo 9 (hembras) contra la brucelosis.

El presidente de la Fundación Servicios de Salud Animal (Fundassa), Antonio Vasconellos, informó que este año se inmunizará contra la aftosa solo dos periodos del año. Esa es una de las innovaciones, indicó. También mencionó que anteriormente se utilizaban vacunas contra los virus A, O y C, y que desde ahora las vacunas serán solamente contra los virus A y O. Igualmente, dijo que anteriormente las dosis eran de 5 cc y que a partir de ahora serán nada más que de 2 cc.

“Tenemos que redoblar los esfuerzos para realizar una buena vacunación, tratando de alcanzar el 100% del ganado y que se realice en forma. Tener mucho más cuidado de lo que veníamos teniendo al trabajar ahora con una vacuna de 2 cc; una vacuna 2 cc que no penetre en su totalidad al ganado puede no crear una buena inmunización”, dijo.

Por su parte, el presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), José Carlos Martín, señaló que la reducción del periodo de vacunación permite adecuarse a las nuevas tendencias de la región. “En la búsqueda de tener la excelencia el cambio permanente es un factor elemental”, apuntó.

El titular de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Luis Villasanti, destacó que la alianza público-privada que involucra a ARP, Senacsa y Fundassa, funciona muy bien en el país, porque muestra lo que es el trabajo sin ideología, sin política y solamente enfocado al ámbito pecuario que es el sustento de 400.000 personas.

El ministro Denis Lichi, del MAG, habló del desafío que se tiene en el sector ganadero, la globalización de los mercados, y que esa situación hace que cada vez más se necesite ser más eficiente y, por sobre todas las cosas, trabajar en forma conjunta, lo que permitirá “continuar con la racha de éxitos” y pelear por los mejores lugares como exportador de carne a nivel mundial.

Nuevo impulso a creación del Instituto de la Carne

24 de enero de 2019 | esperan lograr acuerdo entre ARP y CPC

Hay conversaciones entre la ARP y la Cámara Paraguaya de Carnes (CPC) en busca de impulsar la creación de un instituto paraguayo de la carne, con objetivos claros, transparentes y apuntando a abrir más mercados, según informó Senacsa.



Desde los sectores público y privado se buscará este año concretar mejores mercados externos para la carne paraguaya. Apuntan a crear un instituto paraguayo de la carne. / ABC Color **AMPLIAR**

El presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), José Carlos Martín, aboga por la creación de un instituto paraguayo de la carne, de modo de consolidar los mercados cárnicos de nuestro país y apuntar a más mercados y mejores precios, atendiendo la fuerte competencia que se da en la región con la producción de Argentina y Brasil.

“Hoy los tiempos regionales no son los mismos, no son los favorables que teníamos hace 10 y 5 años. Tenemos a dos grandes potencias cárnicas vecinas a la vuelta. Argentina ha aumentado 75% sus exportaciones desde el 2017. Lo mismo hizo Brasil. Trabajemos juntos con la Asociación Rural del Paraguay (ARP), la Cámara Paraguaya de Carnes (CPC). Lo estamos haciendo en busca de consolidar un instituto paraguayo de la carne, con objetivos claros, transparentes y mirando siempre a largo plazo”, dijo.

Hace más de dos años se había presentado ante la Cámara de Diputados un proyecto que pretendía crear el Instituto Paraguayo de la Carne. Hubo discusiones y discrepancias entre la ARP y la CPC. El gremio ganadero apoyó y el de los frigoríficos cuestionó. El proyecto de ley sigue pendiente en Diputados. Ahora, el titular del Senacsa está dando un nuevo impulso conversando con ambos sectores sobre las ventajas que se podrían lograr en cuanto a la apertura de más mercados y mejores precios por la proteína roja exportada.

Nuevos mercados

Martín señaló al respecto que están trabajando con ambos gremios en la apertura de nuevos mercados. “Necesitamos llegar a 150, 170 mercados”, expresó.

Los nuevos mercados que están en la mira de la producción cárnica de nuestro país son: Estados Unidos, Hong Kong, Singapur y Canadá. También hay conversaciones preliminares y sondeos hacia el Japón.

UNIÓN EUROPEA

Nueva Zelanda y el Reino Unido aseguran vínculos comerciales post-BREXIT

24 de enero de 2019 La Primer ministro de Nueva Zelanda, Jacinda Ardern informó que se ha firmado un Acuerdo Veterinario entre Reino Unido y Nueva Zelanda en el que se establece que los productos importados por Reino Unido después del Brexit se tratarán de la misma manera que en la actualidad con la legislación de la UE, garantizando un comercio sin problemas entre el Reino Unido y Nueva Zelanda. La Asociación de Prensa espera que 36 países firmen estos acuerdos con el Reino Unido.

El CEO de Beef + Lamb New Zealand (B+LNZ), Sam McIvor, dijo que Nueva Zelanda era uno de los socios comerciales más importantes y antiguos del Reino Unido y que la firma de este acuerdo brindaría tranquilidad a los agricultores y exportadores. “El Reino Unido representa el valor de US\$ 12.284 millones de las exportaciones del sector, dominado por la carne ovina, que representa el 85% de ese total”.

El presidente ejecutivo de la Asociación de la Industria de la Carne de NZ (MIA), Tim Ritchie, dijo que desde la votación de Brexit en 2016, había mucha incertidumbre para el sector. “El Reino Unido es un mercado importante para las exportaciones de cordero enfriado de alto valor de Nueva Zelanda y el Brexit cae en un momento crítico. Es importante que se tomen todas las medidas necesarias para garantizar la continuidad y la estabilidad de nuestros exportadores a través del proceso del Brexit”. dijo

Certificación necesaria

Los organismos comerciales agregaron que había otros aspectos de la relación comercial que aún debían aclararse, por ejemplo, en relación con el reconocimiento de las normas de bienestar animal y los requisitos de documentación en curso, para respaldar el comercio sin problemas al Reino Unido.

“Si bien todavía tenemos que trabajar para obtener claridad sobre cómo se reconocerán nuestros aranceles de cuotas, apoyamos la declaración de la Primer Ministro Ardern de que no se debe dejar a NZ en peor situación como resultado del Brexit; nuestra prioridad principal es la continuidad y la estabilidad. lo que interesa a todos, incluido el Reino Unido”, dijo McIvor.

La cuota 481 se completa “a ritmo de vértigo” en cada trimestre del año

24/01/2019 - En los primeros 16 días hábiles de enero se completó el 94% del cupo trimestral de la cuota 481. Hasta ayer faltaban ingresar 840 toneladas para cumplir con las 11.250 disponibles, confirmó a Rurales El País Rafael Tardáguila, director de Tardáguila Agromercados.

Explicó que desde hace un par de años en todos los trimestres “el contingente se completa a ritmo de vértigo” y “ha empezado a ser un dolor de cabeza para los exportadores que deben estar con el producto temprano en los puertos europeos para evitar el pago de aranceles”.

La participación de Uruguay disminuyó en los primeros seis meses del año agrícola 2018/19. En total colocó menos de 6.000 toneladas, un volumen importante, pero representa un 17% menos al mismo semestre del año 2017/18.



Analista de Bord Bia consideró que la carne de América del Sur es una amenaza para Europa

23/01/19 - por Equipe BeefPoint

A ameaça de aumento das importações de carne bovina para a Europa da Argentina poderia apagar todos os benefícios que os produtores irlandeses auferem da menor produção de carne bovina da União Europeia (UE) em 2019.

O especialista em carne de Bord Bia, Joe Burke, disse em seu seminário de Meat Marketing que as exportações irlandesas de carne bovina poderiam se beneficiar de uma queda de 2% na produção de carne bovina da UE neste ano.

“Para 2019, espera-se um declínio líquido de 1,7% ou um retorno aos níveis de oferta [de 2017], já que alguns dos nossos principais mercados estão prevendo quedas na produção, o que esperamos trabalhar a nosso favor”, disse Burke no seminário.

“A produção na França cairá em 3,7%, na Alemanha em 2,9% e no Reino Unido em 2,3%. Isso terá um impacto significativo em suas demandas de importação”, disse ele.

No entanto, Mark Zieg, especialista em mercados do Bord Bia, apontou que as importações da América do Sul para a UE aumentaram acentuadamente no ano passado, com as ofertas do Brasil aumentando em 22% e da Argentina em 40%.

Zieg disse que a Argentina está “atacando agressivamente” o mercado da UE, com as exportações de carne bovina para a UE aumentando 15 por cento em 2019.

Ele disse que tal movimento coloca a Irlanda em uma posição vulnerável, dada a possibilidade de um acordo com o Mercosul ser garantido, o que aumentaria ainda mais o acesso do mercado da UE à carne bovina da América do Sul.

“É algo que precisamos observar muito fortemente. Vimos alguns anos sucessivos da Argentina aumentando suas exportações globais. Eles cresceram em 207 mil toneladas em 2018 e estão prevendo um crescimento menor este ano, mas ainda estão lá em 75 mil toneladas”, disse ele.

“Eles produzem carne que seria vista por muitos compradores como sendo de qualidade semelhante à da Irlanda – um boi conformado e novilho de raças tradicionais como Hereford”, disse ele.

“Muitas vezes seria lançado a um preço similar ao da carne irlandesa. Há uma presença crescente no mercado e isso aumentou rapidamente na Europa, o que mostra que há uma popularidade por lá.

Ele disse que o declínio do número rebanhos de cria na Irlanda em 50.000 hectares no ano passado e uma redução de 40.000 em registros de bezerros em aleitamento é uma preocupação quando a Irlanda está tentando competir com produtos sul-americanos de alta qualidade.

Ele acrescentou que Bord Bia estava trabalhando na obtenção de financiamento da UE para comercializar carne de vaca irlandesa como um produto premium, a fim de melhorar os preços.

“É preocupante porque pesos mais leves estão chegando e os graus de conformação não são tão bons, por isso, se formos para níveis muito baixos de vacas, a conformação e a qualidade serão restritas.

“Ainda há muitas coisas que podemos fazer com carne bovina bem adaptada, mas o rebanho de cria tem sido a barreira e é sobre isso que falamos e realmente não gostaríamos que diminuísse ainda mais”, disse Zieg.

“Há uma conscientização na indústria de que precisamos de um nível crítico de aleitamento e que precisa ser resolvido.”

Horsegate: van a juicio cuatro personas después de seis años del escándalo

Jan. 21, 2019 PARIS — Six years after the "Horsegate" scandal broke, four people went on trial in Paris on Monday over an elaborate alleged scheme that fed consumers across Europe frozen foods containing cheap horse meat fraudulently labeled as pricier beef.

The defendants at the trial, which is expected to last three weeks, included two former executives of French company Spanghero, accused of various fraud charges, and two Dutch meat traders.

The French executives — former Spanghero director Jacques Poujol and an ex-plant director Patrice Monguillon — are accused of selling more than 538 tons of horse meat mislabeled as beef to Tavola, a subsidiary of Comigel, a French company whose frozen meals were sold to companies across Europe.

They are also accused of lying about the meat's origins, which was advertised as French meat but came from Romania, Belgium or Canada.

Both denied intentional wrongdoing. They are suspected of setting up the scheme, which ran between January 2012 and February 2013, with the complicity of the traders, Hendricus Windmeijer and Johannes Fasen.

The four have been charged with conspiracy to defraud clients and consumers and could face up to 10 years in prison.

Windmeijer, Poujol and Monguillon were present at the Paris courthouse on Monday but Fasen did not show up.



According to several media reports, Fasen was convicted of fraud in 2013 in a different case related to selling horse meat and fined 50,000 euros (\$56,800). His company Draap Trading Ltd — which is the Dutch word for horse (paard) spelled backwards — bought horse meat from Brazil and Mexico and sold it in France as halal beef between 2006 and 2009.

According to Liberation newspaper, investigators have established that Spanghero bought 790 tons of horse meat from Draap Trading Ltd in 2012-13, but Poujol's lawyer Antoine Vey told the French daily his client was the victim of Fasen, rather than his accomplice.

'I Feel Invisible': Native Students Languish in Public Schools

"His only criterion when he bought the meat was its price," Vey said.

The scandal broke out in 2013 in Britain and quickly spread as horse meat turned up across Europe in frozen supermarket meals such as burgers and lasagna, as well as in beef pasta sauce, on restaurant menus, in school lunches and in hospital meals.

Millions of products were pulled from store shelves in Britain, Ireland, France, Spain, Germany, Denmark, Finland, Sweden and Norway, and supermarkets and food suppliers were told to test processed beef products for horse DNA.

European officials have said the scandal is the result of fraud, and possibly an international criminal conspiracy to pass off cheap horse meat as more expensive beef. And although officials said that eating horse meat was not generally dangerous, the scandal upset people in places where such meat traditionally is not eaten.

"The (Spanghero) case is such a scandal that it totally discredited the meat industry," said Edmond-Claude Frety, the lawyer representing an association of French customers.

Comisión Europea resume el mandato otorgado para enmarcar las negociaciones con EE.UU. se ciñe al sector industrial

Brussels, 18 January 2019 The European Commission has today adopted proposals for negotiating directives for its trade talks with the United States: one on conformity assessment, and one on the elimination of tariffs for industrial goods.

These negotiations follow the Joint Statement agreed by President Juncker and President Trump last July. As part of its commitment to transparency, the European Commission is publishing the draft mandates at the same time as submitting them to the EU Member States. The Member States must now give their green light to the proposals before negotiations can begin.

EU Commissioner for Trade Cecilia Malmström said: "Today's publication of our draft negotiating directives is part of the implementation of the July joint statement of Presidents Juncker and Trump. Ambassador Lighthizer and I have already met several times in the Executive Working Group and I have made it very clear that the EU is committed to upholding its side of the agreement reached by the two Presidents. These two proposed negotiating directives will enable the Commission to work on removing tariffs and non-tariff barriers to transatlantic trade in industrial goods, key goals of the July Joint Statement."

The negotiating directives submitted by the Commission to the Council implement the 25 July Joint Statement and cover two potential agreements with the U.S:

A trade agreement strictly focused on the removal of tariffs on industrial goods, excluding agricultural products;

A second agreement, on conformity assessment, that would help address the objective of removing non-tariff barriers, by making it easier for companies to prove their products meet technical requirements on both sides of the Atlantic.

In the context of the EU-U.S. Executive Working Group, established in July 2018, co-chairs Commissioner Malmström and the U.S. Trade Representative Robert Lighthizer have met four times in order to bring the agreed work programme forward. Several other meetings were held between representatives of the two sides at senior officials' and expert levels.

The EU has already implemented several aspects of the July Joint Statement. Notably, imports of U.S. soya beans by the European Union increased by 112% over the period July to December 2018, compared to the same period last year. The United States is now Europe's main soya beans supplier and will soon be able to expand its market further, following the decision by the European Commission to launch the process for authorising the use of U.S. soya beans for biofuels. Recent figures have also shown a steep rise in shipments of liquefied natural gas (LNG) from the U.S. in October and November 2018. The EU has also identified a number of areas where voluntary cooperation on regulatory issues with the U.S. could yield quick and substantial results.

The Juncker Commission changed the way trade negotiations are conducted by making them more open and inclusive and by introducing an unprecedented level of transparency. The publication of the draft negotiating mandates, as submitted to Member States, and of any other negotiating proposals are landmark elements of this approach.



ESTADOS UNIDOS

Shutdown

Impide la salida de informes de Mercado

Meat & Livestock Australia 22 January 2019

US - The US government shutdown, now the longest in history, continues to affect over 800,000 federal workers, as President Trump refuses to back down on his request for funding to build the proposed Mexican border wall.

The US Department of Agriculture (USDA) has been one government agency significantly affected by the shutdown.

Last week, the USDA announced plans to temporarily reopen about half of its Farm Service Agency offices and call back around 2,500 employees, in order to assist in processing farm payments and federal farm loans.

The shutdown has led to the USDA delaying the release of key agricultural reports.

For the US livestock sector, these have included the quarterly report on US grain stocks, crop production, weekly export data, weekly beef and cow slaughter numbers and the World Agricultural Supply and Demand Estimates report (WASDE).

The monthly cold storage inventories report and cattle on feed report, scheduled for release this week, will also likely face delays as the shutdown continues.

Steiner Consulting Group commented that most critical for the livestock industry is the possible cancellation of the US cattle inventory report, however the outcome remains unclear and could depend on the duration of the shutdown.

The lack of reporting makes understanding the current US supply dynamics extremely difficult for industry to gauge.

Imported beef market highlights for the week:

- Imported beef prices were mostly steady compared to the previous week and only 95CL bull product registered a modest decline.
- Fat beef trim prices have been seasonally lower in the last two weeks but prices should be higher in late February and March.
- Prices for US domestic cow flats have declined sharply in the last two weeks and current values are down as much as 24 percent compared to a year ago.

Drovers January 23, 2019 08:57 AM

This Friday should have been the publication of USDA's January Cattle on Feed report. (Maybe read the title in the voice of Johnny Cash singing Ghost Riders in the Sky). The report will not be released due to the government shutdown. Like other market analysts I am doing my pre-report estimates this month. The importance of doing pre-report estimates is not necessarily in the comparison to the actual report, but in using them to develop production and price projections. With that in mind, the following are my estimates for the "ghost" report.

I have December feedlot marketings at 99.6 percent of a year ago. That is slightly larger than the sum of daily slaughter, which was 99.3 percent of a year ago. Slaughter estimates are using estimated daily slaughter because daily actual slaughter data is not available. December 2018 had the same number of work days as 2017 meaning that daily average slaughter should be only slightly less than the year before, so no evidence of backed up cattle.

I have estimated December placements to be 102 percent of the year before. December saw an increase in cattle imports from Mexico and larger calf and feeder sales. Placements in December are typically much lower than in November, as much as 500,000 fewer in some years. As usual, there will likely be a relatively large range of placements in the pre-report estimates.

The combination marketings and placements results in an estimate of cattle on feed at 102.3 percent of a year ago. That represents a relatively large number of cattle on feed, as have the last several reports. It also continues to represent a narrowing of the growth in on-feed numbers compared to months earlier in the year.

Hopefully, the shutdown will end allowing for publication of the February Cattle on Feed report. While we may do pre-report estimates it will get increasingly difficult without the January report as a base. Estimating near term ready supplies of cattle will get trickier also, as winter storms effect market ready cattle, animal performance, placements, and population center demands.

FSA reabre oficinas con funciones parciales. Volvieron a trabajar 9700 personas

January 24, 2019 All USDA county Farm Service Agency (FSA) offices reopened today amid the partial government shutdown now in its fifth week.



USDA Secretary Sonny Perdue announced Tuesday that more than 9,700 FSA employees would return to work without pay starting Jan. 24. The offices will be open daily through Feb. 8. If the shutdown continues past that date, county FSA offices will be open Tuesdays, Wednesdays and Thursdays as needed, according to a USDA press release.

FSA staff will be able to process applications for the Market Facilitation Program (MFP) and to certify 2018 production for the program. Applications for the tariff assistance program had been stalled as the shutdown took hold in late December. Farmers and ranchers now have until Feb. 14 to apply for the tariff aid payments. The deadline to certify 2018 production for MFP remains May 1.

Other services available at FSA offices during the government shutdown include:

Marketing Assistance Loans.

Release of collateral warehouse receipts.

Direct and Guaranteed Farm Operating Loans, and Emergency Loans.

Service existing Conservation Reserve Program contracts.

Sugar Price Support Loans.

Dairy Margin Protection Program.

Agricultural Risk Coverage and Price Loss Coverage.

Livestock Forage Disaster.

Emergency Assistance Livestock, Honey Bees, and Farm-raised Fish Program.

Livestock Indemnity Program.

Noninsured Crop Disaster Assistance Program.

Tree Assistance Program.

Remaining Wildfires and Hurricanes Indemnity Program payments for applications already processed.

According to USDA, the following transactions will not be available at FSA offices during the government shutdown:

New Conservation Reserve Program contracts.

New Direct and Guaranteed Farm Ownership Loans.

Farm Storage Facility Loan Program.

New or in-process Wildfires and Hurricanes Indemnity Program applications.

Emergency Conservation Program.

Emergency Forest Rehabilitation Program.

Biomass Crop Assistance Program.

Grassroots Source Water Protection Program.

FSA offices are scheduled to be open 8 a.m. to 4:30 p.m.

Demanda de carnes con tendencia ascendente

January 24, 2019 National Cattlemen's Beef Association. That trend is expected to continue in 2019, with USDA predicting consumers will eat nearly 9% more beef this year than they did in 2015.

Consumers not only are eating more beef, but also enjoying more high-quality beef because more cattle in the U.S. are grading higher than ever before.

Ninety-seven percent of foodservice establishments report having beef on the menu, according to a 2017 Foodservice study. Having beef on the menu has been shown to increase restaurant traffic by 45 percent, according to USDA.

Possible negative influences on beef demand this year could be found in an economic slowdown. Economists believe the first six months of 2019 appear to show an environment of slowing economic growth. Consumer confidence surveys indicate that confidence is declining, with some suggesting the outlook for the U.S. economy is the worst since mid-2014. The decline in confidence is due to several issues, including the partial government shutdown, the impact of tariffs, instabilities in the financial markets and the lack of clarity about monetary policies.

Nebraska: define carne al producto derivado de reses o aves

Friday, January 25, 2019 Last week, we blogged about Nebraska Legislative Bill 14 (LB 14), which would have limited the use of the term "meat" to the edible portions of livestock or poultry carcasses. It would have specifically excluded insect- or plant-based products as well as lab-grown products from the definition. Under the proposed bill, engaging in any misleading or deceptive practices with regard to the marketing of foods as meat, would have been a Class I misdemeanor. This proposed bill has been withdrawn with Nebraska Legislative Bill 594 (LB 594) introduced to replace it.

As some additional background, the use of the term "meat" as part of the name for cell-cultured, or lab-grown, products has been a matter of fierce debate within industry, even though no such products are available for market. Missouri already has a law on the books and there are several other states



considering similar acts. This battle may be considered alongside the dispute over the use of “rice” to describe vegetables (e.g. “cauliflower rice” as a name for finely cut cauliflower) and the use of “milk” for plant-based beverages (e.g. “rice milk”), each of which pit an entrenched food with brand equity and a set of consumer expectations against new, or revised, versions of the food that have some similarity to the original. For more, see our posts [here](#), [here](#), and [here](#).

LB 594 maintains the definition of meat from LB 14, but under LB 594 it would be an unfair trade practice to market as meat any product that falls outside of the definition of meat. Per the article in Food Safety News, citing a statement given to Meatingplace, attaching the restriction to the unfair trade practices act provides for a built-in enforcement mechanism.

VARIOS

CANADA Nueva Guía de Alimentos sostiene la importancia de las proteínas animales

23 January 2019 - Canada's new Food Guide, released by Health Canada today, highlights what we've known for decades - that a quarter of your plate should be protein.

Lean red meat provides Canadians with high-quality protein, B vitamins, iron, zinc and other essential nutrients – it's a healthy choice in a balanced diet.

"The visual may have changed, but the advice to enjoy lean red meat with lots of vegetables, fruit and whole grains remains the same as previous iterations of the Food Guide," said Chris White, CEO and President of the Canadian Meat Council.

"It's refreshing that the Food Guide is focusing on how to eat, not just what to eat."

Some people are interpreting the food guide as a directive to eat less meat. However, Canadians have already adjusted their red meat consumption. Canadians understand moderation.

According to an Ipsos poll^[1] conducted in September 2017 of 1,000-plus Canadians, 72 percent of respondents reported to eat three or less servings of meat a week.

Encouragingly, three out of four respondents understand the importance of red meat in providing essential nutrients for optimum health but there's room for more education.

"Meat has benefits when added to diets that are largely plant-based by helping the body absorb nutrients, like iron and zinc," said Mary Ann Binnie, a nutrition expert with the Canadian Meat Council.

"The synergies of eating red meat and veggies together cannot be underestimated."

All proteins aren't created equal. Plant and animal proteins vary by the unique nutrient packages they offer and also by their calorie contribution. For example, a 75 gram pork chop provides 25 grams of protein and 130 calories.

You need over ¾ cup almonds at five times the amount of calories (687 calories) and 2 ½ cups chickpeas at almost four times the calories (490 calories) to consume the same amount of protein.

"Rather than splitting hairs over protein choices, Canadians need to focus on moderation and reducing the foods they're eating that are not part of the Food Guide – those energy-dense, nutritionally-lacking products like chips, pop, donuts, muffins, danishes, candy and chocolate bars," added Ms Binnie.

Proyectan que se va a disparar el consumo de carnes sintéticas en diez años

21/01/2019 - Se elaboran en base a lentejas, nueces y otras fuentes proteínicas. Es una alternativa que va a sustituir el consumo de carnes de baja calidad. En China crecerán los cortes vacunos premium.

Hay carnes artificiales que se obtienen extrayendo células madre de animales a las que se les inyectan distintas proteínas y también derivadas de legumbres, cereales y oleaginosas. Su costo bajará drásticamente en los próximos años

Diario Clarín | La Universidad de Oxford estima que la producción de carne bovina ha sido responsable de más de 25% de las emisiones de dióxido de carbono (CO₂) en el período 2010/2015. La emisión de CO₂ es la causa fundamental del calentamiento de la atmósfera o “cambio climático”.

El informe de Oxford señala que la producción de carne bovina tiene una intensidad de emisión de 23,9 kilos de dióxido de carbono (CO₂) por cada 200 kilocalorías (Kcal), en tanto que la producción de trigo y granos alcanza a una emisión de 1 kilos o menos de CO₂ en igual unidad de medida.

Agrega que la sustitución de carne bovina por otras fuentes proteínicas -lentejas, nueces y carne “sintética” o “artificial”- disminuiría el número de muertes prematuras provocada por una alimentación inadecuada en 2,4%, un porcentaje que se duplicaría en los países avanzados, ante todo Estados Unidos, golpeado por una epidemia de obesidad e hiperobesidad.

La universidad identifica esta tendencia general de la época, que abarca tanto a los países emergentes, sumergidos en una revolución proteínica por el vuelco masivo de su población al consumo de proteínas cárnicas, como a los avanzados. Hay una unificación “dice Oxford” de los desafíos alimentarios en el mundo de hoy.



Por eso hay una posibilidad creciente, transformada en exigencia del mercado, de que las carnes de baja calidad y menores precios sean sustituidas entre un 70% y un 80% por las carnes “artificiales” o “sintéticas” en los próximos 10 años.

Oxford prevé que las “foodtech” (“carnes molidas sintéticas”), incluyendo lentejas, algas, y trigo transformadas en hamburguesas vegetales de alta riqueza proteínica y bajos costos, ocupen el lugar de las carnes de baja calidad con beneficios notables para la salud y el bienestar individual.

El estudio prevé un aumento en el consumo mundial de carnes, pero con una caída en gran escala de la carne bovina. Esta tendencia central del mercado agroalimentario se guía por una disminución sistemática de los costos de la “carne sintética”: 1 kilo de “carne sintética” valía U\$S 700, en 2000, y su costo asciende ahora a U\$S 25 por kilo, y descendería a un valor de 4 o 5 dólares por kilo en los próximos 10 años.

En una población mundial que alcanzaría 10.000 millones de personas en 2050, Oxford estima que los 47 países del África Subsahariana consumirían 125% más de carne bovina, 60% más de productos aviares, 46% más de lácteos, y 77% más de huevos en 2030, en relación a los niveles de 2010.

El consumo de carnes y productos ictícolas crecería en China e India 13% y 12% respectivamente en 10 años; y el ingreso per cápita de la República Popular aumenta 8,1% anual y se duplica cada 8 años, lo que favorece la diversificación en el consumo de proteínas.

Esta tendencia lleva en China a una concentración en el consumo de carne vacuna “premium”, de alta calidad y elevados precios; y en este mercado de excepción, la Argentina disputa la primacía sólo con Australia.